



ACTA Nº5

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE ESPOSENDE

Aos nove dias do mês de Maio de dois mil e cinco, nesta cidade de Esposende, e no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniu o Conselho Local de Acção Social de Esposende sob a presidência de Fernando João Couto e Cepa, Presidente da Câmara Municipal e do Conselho Local de Acção Social, estando presentes na mesa o Dr. Jorge Alves Cardoso, Vereador da Educação e da Acção Social, o Dr. Luís Filipe Oliveira da Silva, Director Adjunto do Centro Distrital de Segurança Social de Braga.

Estiveram presentes as seguintes entidades: Agrupamento de Escolas António Correia Oliveira, Agrupamento de Escolas de Apúlia, Agrupamento de Escolas de Terras de Baixo Neiva, Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Marinhãs (APPACDM), Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende, Associação de Defesa, Desenvolvimento e Promoção do Centro Infantil da Escola António Correia de Oliveira (ASSINJEPE), Associação de Pais e Amigos da Escola do 1º ciclo de Esposende, Associação de Pais e Amigos do Jardim de Infância e Escolas do 1º ciclo de Fão (APAEF), Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB 2 e 3 de Apúlia, Associação Humanitária dos Dadores de Sangue de Esposende, Associação Social, Cultural, Artística e Recreativa de Forjães (ACARF), Associação Social, Cultural e Recreativa de Apúlia (ASCRA), Benemérita Associação Bombeiros Voluntários de Fão, Centro de Saúde de Esposende, Centro de Solidariedade Social de Gemeses, Centro Social da Juventude Unida de Marinhãs (JUM), Centro Social e Paroquial de Fonte Boa, Centro Social e Paroquial de Gandra, Centro Social Juventude de Mar, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo Marinhãs, Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos, Escola Secundária Henrique Medina, Esposende Solidário – Associação Concelhia Para o Desenvolvimento Integrado, Fábrica da Igreja Paroquial de S. Bartolomeu Mar, Fábrica da Igreja Paroquial de Apúlia, Fabrica da Igreja Paroquial de Marinhãs, Fundação Lar Santo António, Grupo Cultural, Desportivo e Recreativo de Gemeses, Guarda Nacional Republicana, Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Junta de Freguesia de Apúlia, Junta de Freguesia de Curvos, Junta de Freguesia de Esposende, Junta de Freguesia de Fão, Junta de Freguesia de Gandra, Junta de Freguesia de Gemeses, Junta de Freguesia de Marinhãs, Kerigma, Santa Casa Misericórdia de Fão, Santa Casa Misericórdia Esposende, Serviços Concelhios de Educação Recorrente, Zendensino – Cooperativa de Ensino IPRL.

Não compareceram as seguintes entidades: Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Cávado, Agrupamento de Escuteiros de Marinhãs, Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende, Associação Águias de Serpa Pinto, Associação Assobio, Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola António Correia de Oliveira, Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB 2 e 3 do Agrupamento de Terras do Baixo Neiva, Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Henrique Medina, Associação de Pescadores Profissionais do Concelho de Esposende, Associação Desportiva



de Rio Tinto, Associação dos Bombeiros Voluntários Esposende, Associação Portuguesa de Paramiloidose – Núcleo de Esposende, Associação Recreativa de Góios (ARGO), Casa do Povo de Forjães, Centro de Intervenção Cultural e Social de Palmeira de Faro, Centro de Formação da Associação de Escolas (CFAE), Centro Social da Paróquia de Curvos, Centro Social e Paroquial de Vila Chã, Centro Social Juventude de Belinho, Cooperativa Agrícola de Esposende, Fábrica da Igreja Paroquial de Curvos, Fábrica da Igreja Paroquial de Fão, Fábrica da Igreja Paroquial de Palmeira de Faro, Fabrica da Igreja Paroquial de Vila Chã, Fábrica da Igreja Paroquial de Antas, Fabrica da Igreja Paroquial de Esposende, Fórum Curvense, Fórum Esposendense, Grupo Acção de Solidariedade Social de Antas (GRASSA), Hóquei Club de Fão, Junta de Freguesia de Antas, Junta de Freguesia de Belinho, Junta de Freguesia de Fonte Boa, Junta de Freguesia de Forjães, Junta de Freguesia de Mar, Junta de Freguesia de Palmeira de Faro, Junta de Freguesia de Rio Tinto, Junta Freguesia de Vila Chã, Núcleo de Esposende da Cruz Vermelha Portuguesa, Rio Neiva – Associação de Defesa do Ambiente, Universidade Autodidacta de Esposende.

A sessão foi secretariada por Ana Cristina Gonçalves Figueiredo, Licenciada e Técnica de Sociologia.

Sendo quinze horas e vinte e cinco minutos, foi declarada aberta a sessão pelo presidente da mesa, Fernando João Couto e Cepa.

01. APRESENTAÇÃO DO PONTO DE SITUAÇÃO RELATIVAMENTE À EXECUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Presidente da Câmara agradeceu a presença do Dr. Luís Filipe Oliveira da Silva, do Centro Distrital de Segurança Social de Braga e a todos os presentes. Referiu que o sucesso da Rede Social depende do empenho e colaboração de todos e da consciência de que existem problemas e é necessário combatê-los. Disse ainda que durante estes três anos de trabalho procedeu-se à elaboração do Diagnóstico, que foi aprovado por unanimidade dos parceiros a 6 de Novembro de 2003, tendo sido efectuado o levantamento dos recursos e das necessidades do Concelho. Depois numa segunda fase foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Social, estabelecendo prioridades de intervenção e acções concretas. Hoje estamos aqui para apresentar as acções que já foram executadas e o trabalho que está a ser desenvolvido no sentido de promover o desenvolvimento social concelho.

O Dr. Luís Filipe Oliveira da Silva agradeceu o convite e referiu que é com satisfação que veio a Esposende assistir à reunião do Conselho Local de Acção Social e inaugurar a Mostra da Solidariedade, uma vez que hoje em dia é importante valorizar o conceito de solidariedade. Que a solidariedade não seja mais uma palavra, mas um projecto para aqueles que mais necessitam.

O Dr. Jorge Alves Cardoso apresentou a ordem de trabalhos, informando que o ponto de situação relativamente à execução das acções do Plano de Desenvolvimento Social está estruturado em quatro pontos. Na primeira



parte vai ser apresentado o trabalho que está a ser desenvolvido pelos grupos técnicos e o funcionamento e constituição das Comissões Sociais Inter Freguesias, depois a Dr^a. Ana Gonçalves abordará os objectivos do trabalho em parceria, a Prof. Doutora Adelina Garcia apresentará o processo de elaboração da Carta Educativa e serão apresentados alguns resultados e linhas orientadoras da Carta Educativa para o concelho.

A Dr^a. Cristina Figueiredo iniciou a sua intervenção apresentando as principais etapas do Programa da Rede Social. Em Janeiro de 2002 foi feita a apresentação do Programa às instituições concelhias, em Março desse ano foi apresentada a candidatura à medida 5.1. do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, e no mês de Maio desse ano iniciou-se o processo de implementação da Rede Social, com a constituição formal do Conselho Local de Acção Social a 8 de Maio de 2002 e a constituição dos grupos de trabalho para a construção do Diagnóstico Social a 22 de Maio. No início do ano de 2003 foram realizadas acções de formação para os agentes sociais sobre a Rede Social, seus objectivos, a metodologia de construção do Diagnóstico Social e para os dinamizadores dos grupos de trabalho, sobre a dinamização de equipas de trabalho. Entre Maio e Junho desse ano foram apresentados e discutidos os Pré-Diagnósticos Sociais por áreas de análise aos grupos de trabalho, e a 6 de Novembro foi aprovado o Diagnóstico Social do Concelho de Esposende. A 20 de Maio de 2004 foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Esposende, e a partir dessa data iniciou-se o processo de execução do Plano de Acção do Plano de Desenvolvimento Social. Assim, a 17 de Junho de 2004 realizou-se o Fórum "Potenciar Recursos para o Desenvolvimento Económico e Social de Esposende" promovido pela Autarquia, em colaboração com as entidades parceiras do grupo técnico do emprego, a 28 de Junho constituiu-se a Comissão Social Inter-Freguesias Esposende Norte, a 7 de Outubro realizou-se o Seminário "Apresentação dos Incentivos à Formação e ao Emprego", promovido pela ACICE e pelo IEFP e a 3 de Dezembro constituiu-se a Comissão Social Inter-Freguesias Esposende Sul. Para este ano está prevista a realização do Seminário na área "A Formação Profissional na Hotelaria e Turismo", a Jornada de Trabalho sobre Formação, a Jornada de Trabalho para a construção do Plano de Acção da Comissão Social Inter Freguesias Esposende Norte e a realização do Fórum Rede Social em Esposende a 4 de Novembro. Depois relembrou os princípios de acção da Rede Social capazes de garantir a funcionalidade das estruturas criadas e de dar coerência às actuações desenvolvidas no âmbito do Programa. O princípio de subsidiariedade, ou seja, a aplicação deste princípio implica reconhecer que, só depois de explorados os recursos e competências locais, se apela a outros níveis sucessivos de encaminhamento e resolução dos problemas. O princípio da integração social faz apelo ao desenvolvimento de intervenções integradas e multisectoriais para responder eficazmente ao carácter multidimensional dos fenómenos da pobreza e exclusão social. O princípio da articulação traduz a necessidade de articular a acção dos diferentes agentes com actividade num território, através do desenvolvimento do trabalho em parceria, da cooperação e da partilha de responsabilidades. Ou seja, a Rede Social deve contribuir para a promoção de projectos de acção colectivos. O princípio de participação pressupõe a tomada de consciência das entidades e populações locais dos problemas que originam a pobreza e a exclusão social, a mobilização dos actores e populações locais em torno de acções concretas que visem a



solução dos problemas existentes. O princípio de inovação, ou seja, a Rede Social integra perspectivas inovadoras relativamente à descentralização da intervenção social. Neste sentido, importa caminhar para a descentralização efectiva dos serviços, a desburocratização dos procedimentos dos organismos públicos e privados e a circulação e partilha da informação. De seguida informou o Conselho de que o prazo de execução do Plano de Desenvolvimento Social decorre de 1 de Junho de 2004 a 31 de Dezembro de 2005, tendo sido constituídos os grupos técnicos para acompanhar a execução do Plano de Acção. Relativamente ao eixo estratégico de intervenção na área do Emprego, Formação Profissional e Actividades Económicas é melhorar a qualificação profissional da população activa, na área da Habitação pretende-se melhorar o acesso à habitação as condições das habitações degradadas, na área da Saúde complementar as respostas existentes para melhorar a intervenção junto da população consumidora de substâncias nocivas e da população em risco, e promover a coordenação, complementaridade e a articulação interinstitucional no domínio da Acção Social. Na área do emprego o Plano de Desenvolvimento Social prevê uma série de estratégias que deverão contribuir para melhorar a qualificação profissional da população. Estas estratégias passam pelo estabelecimento de protocolos entre as entidades parceiras do Conselho Local de Acção Social e os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências contribuindo para aumentar a qualificação escolar da população, a sensibilização dos empresários para a importância da formação profissional, para a sustentabilidade e progressão da empresa, a promoção de formas de articulação interinstitucional entre as entidades formadoras e promotoras de formação profissional por forma a articular a oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho. Relativamente à primeira estratégia as acções para proporcionar a adultos a possibilidade de obterem um diploma do 1º, 2º ou 3º ciclo do Ensino Básico, através da validação de competências e saberes adquiridos ao longo da vida foi estabelecido um protocolo de colaboração entre a ACICE e a Associação Kerigma – Instituto de Inovação e Desenvolvimento Social de Barcelos. Ao abrigo deste protocolo estão envolvidos cerca de 50 formandos em processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), para obtenção do 9º ano de escolaridade. O protocolo de colaboração estabelecido entre a Escola Profissional de Esposende e a Escola Tecnológica, Artística e Profissional do Vale do Minho permitiu que 7 dos 14 formandos do Curso Técnico de Intervenção em Património Natural estivessem em processo de RVCC. Este curso conferiu equivalência ao 9º ano de escolaridade e teve um total de 1.500 horas de formação. Para além destas entidades, existem outras entidades parceiras do CLAS que também proporcionam à comunidade aumentar o seu nível de escolaridade através do Processo de RVCC. Este processo está a ser desenvolvido por outras instituições no concelho de Esposende, nomeadamente pela Associação dos Pescadores Profissionais do Concelho de Esposende, através do Centro acreditado Forpescas, e pelo Centro Social de Juventude de Mar, através do Centro acreditado Ancorensis. Relativamente às acções desenvolvidas para mobilizar os empresários para a importância da qualificação profissional realizou-se a 17 de Junho de 2004 o Fórum “Potenciar Recursos para o Desenvolvimento Económico e Social de Esposende”, organizado pela Câmara Municipal de Esposende. O Fórum contou com as intervenções do Dr. Alberto Amorim, da Associação Empresarial de Portugal, a Dr.ª



Joaquina Madeira, do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, o Presidente da ACICE, Sr. José Albino de Lima Faria, o empresário Sr. Jorge Manuel Dias Pereira e o Dr. Rui Pedras, do Gabinete de Gestão do PRIME. Estiveram presentes um total de 120 participantes. A 7 de Outubro desse ano realizou-se o seminário “Apresentação dos Incentivos à Formação e ao Emprego”, organizado pelo IEFP e ACICE. Com a realização deste Seminário pretendeu-se dar a conhecer aos empresários e seus colaboradores as várias alternativas que têm ao seu dispor no que se refere à formação profissional e aos apoios à contratação e manutenção do emprego. Os oradores foram o Dr. Manuel Barros, do Centro de Formação de Braga, que falou sobre o tema da formação profissional, o Sr. José Carlos Ferreira, director do Centro de Emprego de Barcelos, apresentou os incentivos à contratação e ao emprego, a Dr^a. Sílvia Tarrío, da empresa Impetus Portugal, S.A. deu o testemunho de uma empresa sobre a formação profissional e o Sr. Francisco Carlão, da empresa FFVP Informática Lda, falou sobre a criação do seu próprio emprego. Estiveram presentes nesta iniciativa 209 participantes. Relativamente às estratégias para promover formas de articulação interinstitucional entre as entidades formadoras e promotoras de formação profissional por forma a articular a oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho, as acções desenvolvidas foram a identificação das acções de formação desenvolvidas por essas entidades e a elaboração do Plano de Formação Concelhio. Na área da Habitação, o P.D.S. prevê o levantamento dos recursos habitacionais do concelho, a captação de programas ao nível da Política de Habitação e a identificação das famílias com necessidades habitacionais. A autarquia estabeleceu um acordo de colaboração com o Instituto Nacional de Habitação no âmbito do Programa de Financiamento para Acesso à Habitação – PROHABITA. De 2005 a 2009 prevê-se realojar 71 agregados familiares com grave carência habitacional, estando a decorrer neste momento o processo de identificação das famílias com necessidades habitacionais. Está igualmente a proceder-se à alienação de lotes de terreno para auto-construção. O principal objectivo do P.D.S. da área da Saúde é complementar os projectos existentes que têm intervenção na problemática dos consumos nocivos, e dotá-los dos recursos necessários para a sua intervenção, através do estabelecimento de Protocolos de Cooperação com instituições de Saúde. Por outro lado, pretende-se sensibilizar as estruturas hospitalares com internamento para a criação de um serviço de tratamento de desintoxicação, de forma a colmatar a falta deste serviço no concelho e evitar assim o encaminhamento dos doentes para outras estruturas localizadas fora do concelho. No que respeita às acções desenvolvidas foi efectuada a recolha e análise da legislação para subsidiar projectos para implementação de serviço de tratamentos de desintoxicação e realizaram-se reuniões de trabalho com os representantes das instituições de saúde concelhias com o objectivo de sensibilizá-los para a necessidade de proporcionar tratamentos de desintoxicação. Como resultado as instituições não dispõem de espaço para destinar a esse fim, de acordo com as especificidades previstas na lei. Relativamente às acções relacionadas com o estabelecimento de parcerias, foi apresentado o Projecto “Crescer A Brincar - Investir nas Gerações”, cujos objectivos são capacitar os jovens e adolescentes para criarem uma identidade e gerirem a sua autonomia. O Projecto está a ser aplicado a alunos de 9 Escolas do 1º ciclo de Esposende em fase de Projecto Experimental. Para o funcionamento do Projecto



4

foram estabelecidas parcerias com o Centro de Saúde de Esposende, o Centro de Formação da Associação de Escolas, o Agrupamento de Escolas António Correia de Oliveira, o Agrupamento de Escolas de Apúlia e o Agrupamento de Escolas de Terras de Baixo Neiva. A Comunidade de Inserção Social de Esposende, outro recurso existente nesta área, tem por objectivo apoiar o doente alcoólico na descoberta da motivação para tratamento. Para o efeito estabeleceu parcerias com a autarquia, Centro de Saúde, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Esposende, CRAN- Centro Regional de Alcoologia do Norte, Gabinete para a Igualdade de Oportunidades da Kerigma, Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Esposende, Hospital de S. Marcos – Unidade de Alcoologia e Segurança Social. Outros recursos existentes que foram criados no âmbito da Rede Social são a Zona Jovem - Serviço de Atendimento a Jovens, que consiste no atendimento especializado nas áreas da Enfermagem, Medicina, Psicologia e Serviço Social. A implementação deste Serviço resulta de um protocolo de parceria entre a Câmara Municipal de Esposende e o Centro de Saúde de Esposende. O PSIJOVEM – Gabinete de Apoio ao Jovem surge como uma ajuda aos alunos da Escola Secundária com 3º ciclo Henrique Medina, no esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas. Na área da Acção Social e apesar de existir no concelho uma cobertura satisfatória de respostas sociais considera-se necessário melhorar a articulação entre as instituições. O Plano direcciona-se para estimular a coordenação de acções entre as entidades com intervenção a nível social no concelho. As Comissões Sociais Inter Freguesias oferecem potencialidades para estruturar diversas relações de cooperação e de parceria. As acções desenvolvidas foram a constituição das Comissões Sociais Inter-Freguesias Esposende Norte e Esposende Sul, a realização da acção de formação para qualificadores, num total de 25 horas, e 16 formandos, e a montagem de um sistema comunicação/informação, em colaboração com a Escola Profissional de Esposende que está a ser desenvolvida. Relativamente aos constrangimentos sentidos ao longo deste processo de execução do PDS, salienta-se a falta de recursos para a concretização de actividades e para a implementação de serviços de apoio à comunidade, e a aprendizagem do trabalho em Rede, que corresponde a um processo gradual e moroso, que implica alterações de funcionamento e de relacionamento entre instituições e respectivos recursos humanos. Em relação às potencialidades destacam-se a territorialização da acção, a proximidade com as populações, a partilha de experiências, a existência de uma partilha de conhecimentos e da acção, conhecimento e reconhecimento do trabalho mútuo, a coordenação entre serviços, acções coordenadas, orientadas por princípios comuns, e a consolidação das parcerias através da dinamização das Comissões Sociais Inter Freguesias. Após esta explanação, passou a palavra ao Engº. José Salvador, presidente da Associação Cultural, Social, Artística e Recreativa de Forjães (ACARF) e coordenador do grupo de trabalho da Comissão Social Inter Freguesias Esposende Norte, que apresentou o trabalho que está a ser desenvolvido por essa Comissão.

O Engº. José Salvador iniciou a sua intervenção referindo que a Comissão Social Inter Freguesias Esposende Norte foi constituída a 28 de Junho de 2004, e dela fazem parte as freguesias de Antas, Forjães e Vila Chã. As entidades parceiras da Comissão são a Associação Cultural, Social, Artística e Recreativa de Forjães (ACARF), a Associação Esposende Solidário – Centro Comunitário de Vila Chã, o Agrupamento de Escolas de Terras do



Baixo Neiva, o Centro Paroquial e Social de Vila Chã, a Fábrica da Igreja Paroquial de Antas, a Fábrica da Igreja Paroquial de Forjães, a Fábrica da Igreja Paroquial de Vila Chã, a Extensão de Forjães do Centro de Saúde de Esposende, a Fundação Lar Santo António, o Grupo de Acção de Solidariedade Social de Antas (GRASSA), a Junta de Freguesia de Antas, a Junta de Freguesia de Forjães e a Junta de Freguesia de Vila Chã. Relativamente ao seu funcionamento, a presidência da Comissão Social Inter Freguesias está a cargo do Presidente da Junta de Freguesia de Forjães, Sr. Sílvio Azevedo Abreu, eleito entre os seus pares e reúne-se trimestralmente, na primeira segunda-feira de cada trimestre, no Centro Cultural de Forjães. O Grupo de Trabalho eleito pela Comissão é constituído pelos representantes do Agrupamento de Escolas de Terras de Baixo Neiva, da Associação Cultural, Social, Artística e Recreativa de Forjães (ACARF), do Centro Comunitário de Vila Chã, da Extensão de Forjães do Centro de Saúde de Esposende, do Grupo de Acção de Solidariedade Social de Antas (GRASSA), da Junta de Freguesia de Antas, da Junta de Freguesia de Forjães e da Junta de Freguesia de Vila Chã. O técnico coordenador do Grupo de Trabalho, é o Presidente da Direcção da Associação Cultural, Social, Artística e Recreativa de Forjães (ACARF), e este Grupo de Trabalho reúne-se mensalmente, na primeira segunda-feira de cada mês. Relativamente ao Serviço de Atendimento Descentralizado, a técnica responsável pertence à Associação Esposende Solidário - Centro Comunitário de Vila Chã. O horário e local de funcionamento em Antas é à 2ª feira, das 14:30h às 17:30h, na Junta de Freguesia de Antas, em Forjães à 5ª feira, das 14:30h às 17:30h, na Junta de Freguesia de Forjães e em Vila Chã à 6ª feira, das 10.00h às 12:30h, no Centro Comunitário de Vila Chã. A média mensal de atendimentos é cerca de 60. As problemáticas mais incidentes ao nível dos atendimentos são as situações de precariedade económica, nomeadamente o desemprego e baixas pensões, as pessoas em risco social como os adultos com problemas de saúde e de exclusão social, os menores em situação de abandono/insucesso escolar e negligência familiar. Relativamente às medidas implementadas destacam-se os subsídios eventuais para situações de precariedade, como bens essenciais, alimentação, produtos de higiene pessoal, rendas, entre outras. Nas ajudas técnicas destacam-se a comparticipação para a aquisição de óculos, fraldas, aparelhos auditivos, entre outros. Para a população em situação de toxicodependência ajudam através da comparticipação em medicamentos e integração em Comunidades Terapêuticas. Para os doentes com HIV medicamentos, deslocações, alimentação, entre outros. Outra medida é o acompanhamento das situações de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, através da elaboração do Plano de Inserção, atribuição de apoios complementares. O encaminhamento e articulação com outras respostas sociais como o Instituto do Emprego e Formação Profissional, Segurança Social, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Apoio Psicológico, Centro de Acolhimento/Reabilitação, Centros de Saúde, Juntas de Freguesia, etc. é outra das medidas implementadas. Informou ainda do funcionamento do Projecto "Aprender a Ser", que resultou da candidatura ao Programa Escolhas 2ª Geração. O consórcio do Projecto é o Grupo de Trabalho da Comissão, a entidade promotora é a Associação Esposende Solidário, e o Projecto dirige-se a crianças e adolescentes oriundos das freguesias de Antas, Vila Chã e Forjães. A sede do Projecto é a Junta de Freguesia de Antas e os espaços afectos são uma sala, espaço polivalente com Centro de



Inclusão Digital, espaço multimédia, espaço de estudo e mini-biblioteca. Este Projecto promove trabalho com jovens dos 11 aos 18 anos de idade que se encontram em situação de risco de abandono escolar precoce e/ou em situação de abandono precoce da escolaridade. As actividades desenvolvidas com jovens são de cariz ludico-pedagógico, informática, apoio psico-social, integração em respostas formativas, etc. Com as famílias desenvolvem trabalho de mediação familiar, acções sócio-educativas, entre outras. Com a Escola estabelecem a mediação escolar e a formação de grupos de reflexão. Seguidamente o Eng^o José Salvador referiu alguns aspectos comuns ao funcionamento das duas Comissões Sociais Inter Freguesias e que se prendem com o funcionamento do Serviço de Atendimento Descentralizado e o acompanhamento sistemático e muito individualizado por parte das técnicas da Autarquia, a Dr^a. Cristina Figueiredo e da Segurança Social, a Dr^a. Ana Gonçalves. No que respeita às dificuldades referiu os constrangimentos sentidos a nível da participação dos parceiros que se prendem com as incompatibilidades de horários. Outra dificuldade é a falta de recursos para a execução das actividades delineadas pelos parceiros que fazem parte dessas estruturas. A seguir deu a palavra à Dr^a. Dulce Fernandes, coordenadora técnica da Associação Social, Cultural e Recreativa de Apúlia (ASCRA) e membro do grupo de trabalho da Comissão Social Inter-Freguesias Esposende Sul que apresentará a constituição e o funcionamento dessa Comissão.

A Dr^a. Dulce Fernandes informou que a Comissão Social Inter Freguesias Esposende Sul foi constituída a 3 de Dezembro de 2004, e dela fazem parte as freguesias de Apúlia, Fão, Fonte Boa e Rio Tinto. As entidades parceiras da Comissão são o Agrupamento de Escolas de Apúlia – A.E.A., a Associação Águias Serpa Pinto, a Associação Cultural e Desportiva de Criáz, a Associação de Pais e Amigos do Jardim de Infância e Escolas do 1^o Ciclo de Fão, a Associação Desportiva e Cultural de Rio Tinto, a Associação Social, Cultural e Recreativa de Apúlia (ASCRA), a Benemérita Associação dos Bombeiros Voluntários de Fão, o Centro Social e Paroquial de Fonte Boa, o CNE – Agrupamento 1217 de Apúlia, a Extensão de Apúlia do Centro Saúde de Esposende, a Extensão de Fão do Centro de Saúde de Esposende, o Hóquei Clube de Fão, a Junta de Freguesia de Apúlia, a Junta de Freguesia de Fão, a Junta de Freguesia de Fonte Boa, a Junta de Freguesia de Rio Tinto, a Paróquia da Freguesia de Apúlia, a Paróquia da Freguesia de Fão, a Paróquia da Freguesia de Fonte Boa, a Santa Casa da Misericórdia de Fão e a Zendensino – Cooperativa de Ensino I.P.R.L. A presidência da Comissão Social Inter Freguesias está a cargo do Presidente da Junta de Freguesia de Fonte Boa, Sr. António Vendeiro Catarino, eleito entre os seus pares. A Comissão reúne-se bimestralmente, na primeira segunda-feira de cada mês, na sede da Junta de Freguesia de Fonte Boa. O grupo de trabalho eleito pela Comissão é constituído pelos representantes da Associação Social, Cultural e Recreativa de Apúlia, da Junta de Freguesia de Apúlia, da Junta de Freguesia de Fão, da Junta de Freguesia de Fonte Boa, da Junta de Freguesia de Rio Tinto e da Zendensino - Cooperativa de Ensino I.P.R.L. O técnico coordenador da Comissão Social Inter Freguesias, eleito pelo Grupo de Trabalho, é o Dr. António Conde, Presidente da Direcção da Zendensino e este grupo reúne-se mensalmente, na última segunda-feira de cada mês. Relativamente ao funcionamento do Serviço de Atendimento Descentralizado, este funciona na Junta de Freguesia de Apúlia à segunda-feira, das 10h00 às

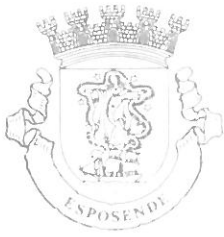


12h30, na Junta de Freguesia de Fão à quarta-feira, das 10h00 às 12h30, na Junta de Freguesia de Fonte Boa à terça-feira, das 10h00 às 12h30, na Junta de Freguesia de Rio Tinto à quinta-feira, das 10h00 às 12h30. A responsável é a Assistente Social da ASCRA. No que respeita ao número de atendimentos por freguesia, registaram-se até ao momento 94 atendimentos em Apúlia, 76 em Fão, 28 em Rio Tinto e 21 em Fonte Boa. As problemáticas mais incidentes ao nível das freguesias são a habitação degradada, o alcoolismo/toxicoddependência, os idosos isolados e as crianças e jovens em risco. No que concerne ao Plano de Acção da Comissão, e em relação à necessidade de melhoria das condições habitacionais da população desfavorecida, destaca-se a elaboração de uma grelha de identificação das situações de pobreza e exclusão social, a elaboração de uma lista conjunta de situações de pobreza e exclusão social, a divulgação/captação de empresas cooperantes, a criação de fundo de maneio e a criação de armazém de material. Em relação à necessidade ou problema de reprimir o consumo de drogas/motivar para o tratamento, como actividades referem-se o convite ao comandante da Guarda Nacional Republicana para solicitar a sua intervenção neste problema, e o contacto com o Gabinete de Apoio à Família a solicitar a sua intervenção. Quanto à necessidade de prevenir situações de abandono escolar, como actividades temos o encaminhamento das situações identificadas de jovens em situação de abandono escolar para cursos PIEF – Agrupamento Escolas de Apúlia e a organização de um Encontro Local de reflexão para um Projecto Comunitário de Prevenção. A seguir a Dr^a. Dulce Fernandes informou que a Associação Social, Cultural e Recreativa de Apúlia (ASCRA) candidatou-se ao programa “Ser Criança”, com o Projecto Perspectivas e destina-se a jovens entre os 14 e os 18 anos em situação de abandono escolar ou insucesso escolar. A área de intervenção do Projecto serão as freguesias de Apúlia, Fão, Fonte Boa e Rio Tinto. Os objectivos passam pela criação de condições facilitadoras de reinserção no sistema educativo de jovens em idade escolar, promoção da iniciação profissional e a aquisição de competências que melhorem as condições e as possibilidades de inserção em formação profissional e/ou integração no mercado de trabalho para os jovens entre os 16 e os 18 anos. Desenvolver e consolidar competências pessoais e sociais como a auto-estima, a capacidade relacional, a autonomia, a responsabilidade, entre outros, dinamizar a construção e apoiar a realização de “itinerários” individuais e romper com o ciclo transgeracional de processos de desqualificação social e de exclusão. Relativamente ao modelo de intervenção, o Projecto prevê a articulação entre três vertentes, a vertente sócio-educativa, a vertente pré-profissional e a vertente itinerários de inserção. O Projecto permitirá desenvolver uma parceria efectiva e dinâmica, que articule a intervenção de todos os intervenientes locais desta Comissão, e que permita a sustentabilidade futura do Projecto, transformando-se numa nova estrutura de trabalho ao serviço da comunidade. No final da intervenção a Dr^a. Dulce Fernandes passou a palavra à Dr^a. Ana Gonçalves, técnica do Serviço Local do Centro Distrital de Segurança Social.

A Dr^a Ana Gonçalves começou por abordar as questões que suscitam a criação de relações de parcerias, nomeadamente as competências indefinidas que criam inoperâncias, a necessidade crescente de intervenção social, recursos escassos mas com competência por espaços, a diferença entre o que as organizações gostariam



realizar e os recursos disponíveis. Assim, as parcerias aumentam a capacidade de intervenção, desenvolvem novas actividades, iniciam novos projectos, abrem frentes de acção, fortalecem projectos em andamento, ampliam o leque de conhecimentos, permitem a captação de recursos e a economização de recursos humanos e materiais sem prejuízo do trabalho. No que respeita aos passos para formar a parceria, a Dr^a. Ana Gonçalves referiu que é necessário definir estratégias e objectivos, avaliar parceiros em potencial, avaliar as possibilidades e o que se oferece em troca, definir a oportunidade, avaliar o impacto da acção conjunta, planear a integração e implementar a integração. A parceria local afigura-se como um novo método de organização para unificar as forças vivas em redor de um projecto, permitir a expressão de todos, considerar os recursos em diversas perspectivas, garantir uma conexão entre as acções, ter conhecimento da realidade local e prever uma gestão flexível. A parceria permite melhorar o trabalho social na construção ou reconstrução de vínculos sociais, ou seja, a identidade, a construção de uma rede de relações e de solidariedade e é condição necessária para os processos de inter-ajuda. No que concerne às componentes de uma parceria, referiu a rede de relações, a cooperação estabelecida por contrato, o clima de confiança, a capacidade de organização e de gestão e a existência de diversas perspectivas sobre o mesmo problema. Os agentes presentes deverão ser pessoas ou associações de pessoas, associações com vocação territorial, cultural, pessoas ou grupos; agentes económicos e empresas privadas como as organizações de empresários, o sector cooperativo agrícola, o sector financeiro e as empresas de serviços para a população. As instituições públicas presentes poderão ser as autoridades locais, administrações, serviços públicos. Relativamente aos agentes privados ou associativos destacam-se as pessoas ou associação de pessoas, as associações de defesa de interesses, as associações de solidariedade, as associações culturais e pessoas ou grupos. No que respeita aos agentes económicos e em relação às empresas privadas referem-se as organizações de empresários, o sector cooperativo agrícola, o sector financeiro e as empresas de serviços para a população. Os agentes públicos são as instituições públicas, as autoridades locais, as administrações e os serviços públicos. Referiu ainda que a parceria é o motor de inovações que permite associar as sensibilidades de diferentes parceiros, os pontos de vista, os interesses, as capacidades de mobilização, os saber fazer, permitindo obter leituras da realidade local enriquecidas, novas associações de ideias, projectos mais maduros, um encaminhamento mais eficaz e respostas de proximidade e individualizadas. Associar as sensibilidades refere-se à associação dos aspectos sociais e culturais, aspectos económicos, aspectos políticos e institucionais que permite obter leituras da realidade local enriquecidas e colocar em relevo novas oportunidades. Associar opiniões e sugestões refere-se à escuta e diálogo, interesses gerais, ao factor tempo e eficácia, que originam novas associações de ideias e a criação de novas estratégias. Associar interesses refere-se à qualidade de vida, às questões da sociedade, a adaptação e equipamento, a rentabilidade económica, adaptação aos mercados, que conduz a projectos mais maduros, criando uma coesão social. Associar capacidades de mobilização, ou seja, recursos humanos, financeiros e património público, património privado, permitindo uma aplicação mais eficaz e garantindo um maior controlo dos compromissos. Associar conhecimentos técnicos refere-se ao incentivo à reflexão, gestão e realização, apoio institucional, o que



favorece a permanência das acções, baseando-se numa capacidade de renovação permanente. Relativamente à caracterização do processo dinâmico da parceria, este começa por iniciar, detectar, mobilizar, depois reflectir, situar-se e propor representantes, pessoas/recursos e grupos de trabalho. Depois desta fase passa-se a validar, programar, financiar com os interventores e parceiros, e articular, realizar, acompanhar com os promotores do projecto. Por fim avaliar, ajustar, aplicar com as partes implicadas e o grupo estratégico. A Dr^a. Ana Gonçalves terminou a sua intervenção aludindo aos aspectos de uma parceria que são sete, os sete C's do autor Jim Austin, a clareza do propósito, a congruência, o compromisso, a conexão, a criação de valor, a comunicação e a contínua aprendizagem. De seguida passou a palavra ao Dr. Jorge Alves Cardoso.

O Dr. Jorge Alves Cardoso começou por informar o Conselho das candidaturas apresentadas por duas entidades parceiras ao Programa Ser Criança. Estas entidades solicitaram a emissão de parecer para completar o processo de candidatura ao Programa. Assim, o Dr. Jorge Alves Cardoso referiu que o Projecto da entidade ASCRA designa-se de "PERSPECTIVAS" e destina-se a jovens entre os 14 e os 18 anos em situação de insucesso/abandono escolar, com vista a realizar um conjunto de actividades lúdico pedagógicas e acções que visam a aproximação à escola e a melhoria do desempenho escolar, para além de um denominado "curso de pré- formação" para os jovens que abandonaram a escola e já não se encontram em idade de escolaridade obrigatória. A base territorial de intervenção serão as freguesias que constituem a Comissão Social Inter Freguesias Esposende Sul, Apúlia, Fão, Fonte Boa e Rio Tinto. O Projecto da Santa Casa da Misericórdia de Esposende designa-se de "AFILIAR" e enquadra-se nas áreas de Formação Parental e apoio integrado às famílias, da qualificação da intervenção e produção de estudos/investigação e da sensibilização da comunidade para a prevenção e eliminação das situações de desprotecção social das crianças e jovens. Destina-se a famílias de crianças e jovens potencialmente em risco, a famílias de crianças e jovens com experiência de insucesso e/ou abandono escolar e famílias em situação de exclusão económica, social e cultural, beneficiárias do Rendimento Social de Inserção. A base territorial de intervenção será a correspondente à Comissão Social Inter Freguesias Esposende Este, que integrará as seguintes freguesias: Curvos, Esposende, Gandra, Gemeses e Palmeira. Após a apresentação sumária das candidaturas, foi presente a proposta de emissão de parecer favorável a ambas, tendo o Conselho Local de Acção Social deliberado por unanimidade dos presentes a aprovação da proposta apresentada. Seguidamente, o Dr. Jorge Alves Cardoso apresentou a Carta Educativa do Concelho de Esposende, Plano de Desenvolvimento Local Educação, tendo feito o enquadramento da Carta Educativa Intermunicipal da Valimar-ComUrb. Assim, relativamente ao enquadramento conceptual, legal e processual referiu que a Carta Educativa deve constituir-se como um instrumento que dê resposta às necessidades e expectativas dos vários agentes que participam no processo educativo, das Câmaras Municipais dos seis municípios que são Arcos de Valdevez, Caminha, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo. Os objectivos gerais da Carta Educativa são compatibilizar a oferta de equipamentos de ensino e formação com a procura, adequar a rede educativa e formativa/regional, promover o desenvolvimento do processo de agrupamentos de escolas, fixar objectivos de ordenamento progressivo a médio, de 5 anos, e longo



prazo, de 10 anos, garantir a coerência da rede educativa face à política urbana do município, apoiar a tomada de decisão relativamente à construção, encerramento ou reconversão de estabelecimentos escolares e definir prioridades. A Carta Educativa, terá assim por objecto a identificação e localização geográfica dos equipamentos educativos e formativos, tendo por base os limites administrativos das freguesias, a identificação das ofertas educativas e formativas, através da referenciação da tipologia dos estabelecimentos existentes integrados na rede pública, privada, cooperativa e solidária, a identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas, a concretização da acção social escolar, em sentido lato, de acordo com as competências dos municípios, do Ministério da Educação e demais entidades, ou seja, os transportes escolares, refeições, prolongamento de horários, a animação sócio-educativa e Actividades de Tempos Livres. No que concerne aos indicadores, e relativamente ao nível de instrução informou que todos os concelhos apresentam uma elevada percentagem de população apenas com o 1.º Ciclo do Ensino Básico e uma baixa percentagem de população com níveis superiores de educação, tendo verificado-se uma semelhança existente entre os municípios de Caminha, Esposende, Viana do Castelo e Ponte de Lima, com os valores mais favoráveis, relativamente aos de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca. A percentagem de mulheres sem nenhum nível de instrução é superior à dos homens. A percentagem de população com o 2.º Ciclo do Ensino Básico é superior nos concelhos de Esposende e Ponte de Lima. Nos níveis superiores ao 3.º Ciclo do Ensino Básico as percentagens de população são diminutas, sendo que as mulheres adquirem um maior protagonismo, confirmado pelo facto de no ensino superior estarem em maior número. Depois apresentou um quadro com os valores referentes à variação da população do concelho de Esposende referente aos grupos etários escolares, cuja fonte de informação são os Censos 2001 e a Projecção Demográfica para 2011. Apresentou ainda um gráfico com a evolução da população escolar do concelho de Esposende até 2013. Em relação ao indicador alunos por nível de ensino no Universo Valimar, no último quinquénio, a população do Pré-escolar registou variações positivas muito assinaláveis, salientando-se o concelho de Esposende com aumentos médios anuais de 64 crianças, a que corresponde uma taxa média anual de 12,8%. Os concelhos de Esposende, Caminha e Viana do Castelo apresentam uma taxa de cobertura superior à da região Minho-Lima em 2001/2002, que era de 75,9%. Relativamente aos outros níveis de ensino, as evoluções são bem diferentes, já que todos registam variações negativas. Até 2013, a população escolar vai manter-se, em termos gerais, contrariando a tendência de perdas registadas no último quinquénio, registando-se mesmo um ligeiro acréscimo a partir de 2006. Para o 2.º Ciclo, até 2013, o cenário de evolução regista variações pouco significativas. O 3.º Ciclo é o que apresenta maiores perdas, principalmente entre 2004 e 2007, verificando-se posteriormente, até 2013, uma manutenção dos efectivos. Relativamente ao Ensino Secundário, as variações médias anuais dos concelhos foram de -6%. As taxas de escolarização apresentam valores muito reduzidos, o que revela a pouca tendência dos alunos em continuar os estudos após a escolaridade obrigatória. Até 2006 prevê-se um aumento da população, registando-se a partir daí, e até 2013, diminuições pouco significativas. Relativamente aos cursos frequentados pelos alunos do Secundário, os Cursos Secundários Predominantemente Orientados para o Prosseguimento dos Estudos



(CSPOPE) concentram a maioria dos alunos, sendo que apenas 20% frequentam os Cursos Secundários Predominantemente Orientados para a Vida Activa (CSPOVA). Ao contrário dos CSPOVA, os alunos matriculados nas Escolas Profissionais aumentaram em todos os concelhos, de 1998 até 2001. Relativamente ao indicador taxas de retenção no Ensino Básico, quer a região do Minho-Lima, quer os concelhos de Caminha, Viana do Castelo e Ponte de Lima e encontram-se abaixo da média nacional, que é 13%. Os concelhos de Esposende e Ponte da Barca com 13,8% estão na classe da média nacional, encontrando-se Arcos de Valdevez com valores superiores. Seguidamente o Dr. Jorge Alves Cardoso apresentou os quadros que ilustram as taxas de retenção e de abandono escolar no Ensino Básico no ano lectivo 1999/2000. No que respeita aos estabelecimentos de ensino, a rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e 1.º ciclo do Ensino Básico é a que encontra maior representatividade nos concelhos. A nível da educação pré-escolar, na sua generalidade verifica-se uma taxa de ocupação dos estabelecimentos na ordem dos 80%. Pela análise dos dados tratados, verifica-se uma taxa de ocupação média-alta nos concelhos de Ponte de Lima, Viana do Castelo, Caminha e Esposende. Os principais objectivos estratégicos e Programa de Intervenção são em relação à expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar atingir uma taxa de cobertura de 100% até 2013, a consolidação do Ensino Básico, ou seja, assegurar a escolaridade obrigatória a 100% da população, a generalização da frequência do Ensino Secundário, isto é, aumentar a taxa de escolarização da população dos 15 aos 17 anos dos actuais 58% para os 85%, e reduzir as taxas de retenção e abandono dos 10.º e 12.º anos de escolaridade. Apresentou ainda um quadro com os dados apontados para o ano de 2011 relativamente à retenção e ao abandono escolar. Em relação às dimensões de intervenção referiu a definição de medidas no âmbito da Acção Social Escolar e da componente sócio-educativa, que assegurem uma verdadeira equidade no acesso à educação – elaboração de um Plano Intermunicipal para a Acção Social Escolar, a proposta da elaboração de um Plano Intermunicipal de Transportes Escolares, a avaliação às necessidades de pessoal não docente e as medidas tendentes à crescente autonomia dos estabelecimentos/agrupamentos conforme constante na Lei.—— De seguida, o Dr. Jorge Alves Cardoso deu a palavra à Prof. Doutora Adelina Garcia, assessora técnica do Serviço de Acção Social da autarquia e elemento integrante da equipa responsável pela elaboração da Carta Educativa do Concelho de Esposende, Plano de Desenvolvimento Local - Educação. A Prof. Doutora Adelina Garcia referiu que a elaboração da Carta Educativa tem por objectivo principal não só a produção de um reordenamento mas deve assumir-se como instrumento de reflexão e sustentáculo de dinâmicas participativas de intervenção face aos desafios educativos. Deve dotar e reforçar os intervenientes educativos de informação, metodologias e instrumentos que lhes permitam tomar decisões e opções estratégicas no sentido de conduzir e concretizar intervenções nomeadamente de natureza pedagógica. Relativamente à metodologia adoptada referiu a integração da equipa responsável pela elaboração da Carta Educativa em algumas dinâmicas locais, nomeadamente nas reuniões periódicas e de avaliação com a equipa de direcção e técnica da autarquia, a identificação de figuras-chave relacionadas com dinâmicas concelhias, a realização de visitas aos três Agrupamentos de Escolas, escolas e outros estabelecimentos de ensino/equipamentos, as sessões de



avaliação/formação com o Grupo da Educação da Rede Social e a participação em reuniões e consultas a instâncias superiores/representantes a diferentes níveis. Ainda em relação à metodologia, a compatibilização e estabilização da informação cruzando dados da DREN, das escolas, do Conselho Municipal de Educação, do grupo de educação da Rede social e das figuras-chave, a solicitação aos responsáveis por serviços educativos, sócio-educativos e programas concelhios da apresentação de um texto-resumo representativo e esclarecedor do seu entendimento sobre a acção que desenvolvem. A colaboração dos diferentes serviços da Câmara Municipal para a elaboração da Carta Educativa nomeadamente, a Divisão de Planeamento e Desenvolvimento (DPD), Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU), Divisão dos Serviços de Acção Social, Educação e Desporto (DSASED) e Divisão de Cultura e Turismo (DCULT). Em relação aos problemas colocados por professores, educadores e responsáveis locais referencia-se a situação e relação com as famílias, a situação dos alunos, a situação dos Apoios Educativos e a situação dos Agrupamentos de Escolas a nível da estrutura, da intervenção dos professores e educadores e a nível de pessoal auxiliar de educação. E por fim a situação das resoluções e articulações da autarquia e estruturas. Relativamente ao plano de intervenção, a Prof. Doutora Adelina Garcia informou que está agrupado em três eixos, o eixo científico e pedagógico, o eixo da construção de redes e gestão das articulações e o eixo de reordenamento. Em relação ao primeiro eixo o sub plano de intervenção será constituído pelos sub planos da Imagem Social da Escola, Sucesso Educativo, Integração Escolar, Formação Científico e Pedagógica. Os sub planos de intervenção do eixo construção de redes e gestão de articulações são a articulação Inter Escolas e Inter Agrupamento de Escolas, a articulação Inter Agrupamentos, a articulação entre os Planos de Formação e as Orientações da Carta Educativa, a articulação Câmara Municipal de Esposende, Conselho Municipal Educação e Conselho Local de Acção Social e a articulação Projecto Educativo Municipal, Projectos Agrupamento de Escolas e Estabelecimentos e Instituições Sociais e Empresariais.

O Dr. Jorge Alves Cardoso apresentou os sub planos de intervenção do 3º eixo do Reordenamento que são a redefinição dos Agrupamentos de Escolas, a deslocalização das Escola, a rede de transportes, a implementação da nova Escola das Marinhas e a redefinição de um Sistema de Ofertas e Apoios Educativos e Sócio-Educativos. Propõe-se a criação de uma estrutura intermédia, o grupo específico de trabalho do Conselho Municipal de Educação, existindo a dimensão macro concelhia Carta Educativa/Conselho Municipal de Educação, a dimensão meso concelhia constituída pelo Grupo de trabalho específico, Intervenientes e Representantes, e a dimensão micro concelhia constituída pelos Agrupamentos de Escolas e Escola Secundária com 3º Ciclo – Henrique Medina. Informou ainda da proposta de Constituição de Centros Educativos por Freguesia, propondo-se uma concepção de Centros Educativos em que seja objectivo central integrar as diferentes ofertas educativas existentes e necessárias em cada localidade específica. Como síntese final e retomando os princípios orientadores para a elaboração da Carta Educativa e o processo apresentado da construção da referida Carta para o Concelho de Esposende, realçam-se o valor da participação directa e indirecta dos diversos intervenientes e o carácter de documento aberto a outros desenvolvimentos.



CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

O Sr. Presidente da Câmara finalizou a reunião, relatando uma história alusiva à Rede Social. É a história de um sábio e 2 miúdos, os quais quiseram testar a sabedoria do sábio. Utilizaram para isso um pássaro, e dirigiram-se ao sábio perguntando-lhe se o pássaro estava vivo ou morto. Os miúdos tinham combinado previamente que se o sábio dissesse que o pássaro estava morto, apresentavam-no vivo; caso dissesse que o pássaro estava vivo, matavam o animal. Porém, a resposta do Sábio foi que o pássaro não está vivo, nem morto. Está nas vossas mãos. E é um pouco isto a Rede Social, o Sr. Presidente da Câmara alertou os presentes que o trabalho em parceria depende da implicação de todos os parceiros, na responsabilização da acção, e finalizou agradecendo a presença de todos e convidou o Conselho a visitar a Mostra da Solidariedade.

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs que fosse elaborada acta da reunião.

Sendo dezoito horas e dez minutos, pelo senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião.